



**CONTROLE DO PASSADO E MANIPULAÇÃO MEMORIAL EM
*1984***

PAST CONTROL AND MEMORIAL MANIPULATION IN *1984*

Bruno Brizotto¹

Recebimento do texto: 23/09/2017

Data de aceite: 15/10/2017

RESUMO: Se a menção aos “fatos alternativos” relacionados ao evento de posse do presidente norte-americano Donald J. Trump em janeiro de 2017 auxiliou o aumento do número de vendas de *1984*, de George Orwell, sem dúvida isso está relacionado ao fato de, no mundo ficcional da obra-prima do escritor inglês, o governo controlar todo e qualquer tipo de informação, resultando em um abuso indiscriminado da memória e da história. Nesse sentido, pretendemos analisar a operacionalidade das manipulações de memória colocadas em prática pelo regime totalitário vigente em Oceânia, espaço no qual ocorrem os eventos de *1984*.

PALAVRAS-CHAVE: Controle do passado; Manipulação memorial; *1984*; George Orwell; Distopia.

ABSTRACT: If the mention to the “alternative facts” related to the inauguration event of US President Donald J. Trump in January 2017 aided George Orwell’s *1984* sales increase, this is no doubt related to the fact that, in the fictional world of the English writer’s masterpiece, the government control all and any kind of information, resulting in an indiscriminate abuse of memory and history. In this sense, we intend to analyze the operability of the memory manipulations put into practice by the totalitarian regime in force in Oceania, the space in which the events of *1984* occur.

KEYWORDS: Past control; Memorial manipulation; *1984*; George Orwell; Dystopia.

¹ Mestre em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutorando em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunobrizotto@gmail.com





Ao discorrer sobre a trajetória da literatura distópica dos séculos XX e XXI, Yvonne Shiau (2017) constata que “George Orwell is back in vogue these days [...] In January this year, *1984* shot up the bestseller charts, and the trail doesn’t just go cold there. Soon joining it at the top were *1984*’s old dystopian buddies, *Brave New World* and *It Can’t Happen Here*.”² Esse crescente interesse pela visão de uma sociedade antiutópica – tão claramente explorado em séries do momento como *Divergente*, *Jogos Vorazes* e *Maze Runner* – certamente revela inquietação por parte dos indivíduos em relação a um futuro não tão distante assim. Se a menção aos “fatos alternativos” relacionados ao evento de posse de Donald J. Trump, em janeiro de 2017, auxiliou o aumento do número de vendas da obra-prima de Orwell, sem dúvida isso está relacionado ao fato de, no mundo ficcional de *1984*, o governo controlar todo e qualquer tipo de informação, resultando em um abuso indiscriminado da memória³ e da história⁴. Nesse sentido, almejamos analisar a operacionalidade das manipulações de memória colocadas em prática pelo regime totalitário vigente em Oceânia, espaço no qual ocorrem os eventos de *1984*.

O romancista, ensaísta político e jornalista Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo George Orwell, nasceu em Motihari, na Índia, em 25 de junho de 1903. Ao completar um ano de idade sua mãe o levou para a Inglaterra, onde foi educado, na qualidade de estudante bolsista, em

² “George Orwell está de volta à moda hoje em dia [...]. Em janeiro deste ano, *1984* disparou na lista dos mais vendidos, e a trilha não esfria justamente aí. Rapidamente juntando-se ao topo estavam os velhos companheiros distópicos de *1984*, *Admirável mundo novo* e *Não vai acontecer aqui*.” (Todas as traduções de citações de textos em língua estrangeira são de responsabilidade do autor deste trabalho.)

³ Memória é compreendida aqui como “uma reconstrução continuamente atualizada do passado” (CANDAUI, 2014, p. 9).

⁴ Seguimos a interpretação de Le Goff (2003) acerca da compreensão desse conceito. O autor defende que a história não deve ser entendida como ciência do passado, mas sim como “ciência da mutação e da explicação dessa mudança.” (LE GOFF, 2003, p. 15).





prestigiosos internatos. Apesar disso, sentia-se oprimido e indignado devido ao controle autoritário que as escolas por ele frequentadas exerciam sobre a vida de seus alunos. Depois de se formar em Eton, Orwell decidiu renunciar à faculdade para trabalhar como policial imperial britânico na Birmânia, hoje Myanmar. Ele odiava suas atribuições na colônia inglesa, onde era obrigado a aplicar as severas leis de um regime político que desprezava. Sua saúde frágil, que o perturbou ao longo da vida, fez com que voltasse para a Inglaterra em uma viagem de convalescença. Uma vez lá, demitiu-se da Polícia Imperial, decidindo dedicar-se ao ofício de escritor.

Inspirado por Jack London e *O povo do abismo* (1903), que detalhou a experiência do autor nas zonas mais degradadas de Londres, Orwell adquiriu roupas esfarrapadas de uma loja de segunda mão e decidiu morar junto aos mais pobres da capital inglesa. Resultou daí *Na pior em Paris e Londres* (1933). Tempos depois, morou entre os mineiros de carvão destituídos no norte da Inglaterra, circunstância que o fez desistir da ideologia capitalista em favor do socialismo democrático. Em 1936, como jornalista, viajou para a Espanha a fim de cobrir a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), conflito em que testemunhou em primeira mão as atrocidades cometidas pelos regimes políticos fascistas. Dois anos depois, publicou *Homenagem à Catalunha*, relato pessoal de sua experiência como combatente no referido combate. A ascensão ao poder de ditadores como Adolf Hitler, na Alemanha, e Josef Stalin, na União Soviética, inspiraram o crescente ódio de Orwell pelo totalitarismo e pela autoridade política. Buscou, assim, dedicar sua energia à escrita de romances expressamente políticos, primeiramente com *A revolução dos bichos* (1945), e depois com *1984* (1949). Entre outros romances, editou





ensaios, artigos e escritos diversos. Faleceu em Londres, vítima de tuberculose, aos 47 anos de idade, em 21 de janeiro de 1950⁵.

Em relação a *1984*, podemos dizer que é um dos mais célebres e influentes romances escritos por Orwell, e continua sendo uma das advertências mais poderosas já emitidas contra os perigos de uma sociedade totalitária. Na Espanha, na Alemanha e na União Soviética, o autor de *Dias na Birmânia* testemunhou o perigo da autoridade política absoluta em uma era marcada pela tecnologia avançada, ilustrando com argúcia tal cenário em *1984*. Assim como *Admirável mundo novo* (1932), de Aldous Huxley, *1984* é um clássico do gênero conhecido como utopia negativa ou distopia⁶. Ao contrário de um romance utópico – como a *Utopia* (1516) de Thomas More –, no qual o autor pretende retratar a sociedade humana perfeita, uma distopia faz exatamente o oposto: mostra a pior sociedade humana imaginável, em um esforço para convencer os leitores a evitar qualquer caminho que possa conduzir a tal degradação social. Em 1949, no início da era nuclear e antes que a televisão se tornasse um acessório por vezes compulsório no seio familiar, a visão de Orwell de uma ditadura pós-atômica na qual cada indivíduo seria monitorado incessantemente por meio de “teletelas” parecia terrivelmente possível. E o fato de que seu autor tenha postulado uma sociedade desse tipo apenas trinta e cinco anos no futuro, certamente auxiliou a agravar esse medo.

Sumariamente, o enredo de *1984* transcorre em Londres, a principal cidade da Faixa Área Um – anteriormente conhecida como Grã-Bretanha –, e a terceira mais populosa das províncias da nação de Oceânia. Predomina um

⁵ Para maiores informações sobre a biografia e a obra de Orwell, cf., entre outros, Crick (1982), Hitchens (2002), Meyers (2000), Newsinger (2002), Quinn (2009) e Rodden (2007).

⁶ A propósito, sugerimos a leitura de Baccolini e Moylan (2003), Booker (1994), Demerjian (2016) e Shiau (2017).





estado de guerra ininterrupto, com vigilância governamental onipresente e a consequente manipulação pública dos meios de comunicação. O país e sua população são governados por um regime político eufemisticamente denominado Socialismo Inglês, sendo abreviado para “Socing” (*Ingsoc*) na Novafala (*Newspeak*), idioma inventado pelo governo com o intuito de “não somente fornecer um meio de expressão compatível com a visão de mundo e os hábitos mentais dos adeptos do Socing, mas também inviabilizar todas as outras formas de pensamento” (ORWELL, 2009, p. 347), conforme lemos em “Os princípios da Novafala”, apêndice que encerra *1984*. Durante os eventos relatados pelo narrador onisciente, a nova língua não se encontra totalmente implantada, situação que implica a coexistência desta com a Velhafala. Nesse sentido, segundo Orwell (2009, p. 348), “a ideia era que, uma vez definitivamente adotada a Novafala e esquecida a Velhafala, um pensamento herege – isto é, um pensamento que divergisse dos princípios do Socing – fosse literalmente impensável, ao menos na medida em que pensamentos dependem de palavras para serem formulados.” Nesse contexto, o estado está sob o controle de uma elite privilegiada, o Núcleo do Partido, organização governamental que qualifica o individualismo e o pensamento independente como “pensamento-crime” (*thoughtcrime*). Caberia, então, à Polícia das Ideias a tarefa de localizar e capturar os criminosos do pensamento.

Em relação à estrutura social de Oceânia, esta se encontra dividida em três níveis: o Núcleo do Partido, a minoria governante de elite, que compõe 2% da população; o Partido Exterior de classe média, que compreende 13% dos cidadãos; e o proletariado de classe baixa, que abarca 85% dos habitantes e representa a classe trabalhadora sem educação. Enquanto governo, o Partido controla as massas com quatro ministérios: o Ministério da Paz trata da guerra e da defesa; o Ministério da Pujança lida com assuntos econômicos (acionamento e fome); o Ministério do Amor





ocupa-se da lei e da ordem (tortura e lavagem cerebral); e o Ministério da Verdade, responsável pelas notícias, entretenimento, educação e arte (propaganda). Seus nomes em Novafala são Minipaz, Minipuja, Minamor e Miniver.

A tirania é ostensivamente supervisionada pelo Grande Irmão (*Big Brother*), o líder do Partido, entidade que goza de um intenso culto à personalidade, mas que talvez nem sequer exista. Sua imagem está espalhada por toda Oceânia, conforme indica o narrador: “Era uma dessas pinturas realizadas de modo a que os olhos o acompanhem sempre que você se move. O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ, dizia o letreiro, embaixo.” (ORWELL, 2009, p. 12). Na realidade, é O’Brien, membro do Núcleo do Partido, que sintetiza a essência da organização. Segundo ele, deseja-se “o poder exclusivamente em benefício próprio. Não estamos interessados no bem dos outros; só nos interessa o poder em si. Nem riqueza, nem luxo, nem vida longa, nem felicidade: só o poder pelo poder, poder puro.” (ORWELL, 2009, p. 307-308). Em meio a esse ambiente profundamente opressor, vive o protagonista do romance, Winston Smith, membro do Partido Exterior, que trabalha para o Ministério da Verdade, órgão responsável pela propaganda e pelo revisionismo histórico.

Sua história tem início em “um dia frio e luminoso de abril, e os relógios davam treze horas” (ORWELL, 2009, p. 11), informa a voz narrativa. Mais tarde, em seu diário, ele escreve “4 de abril de 1984” (ORWELL, 2009, p. 18), embora demonstre insegurança acerca da exatidão da data, tendo em vista a contínua reescrita e manipulação da história pelo regime vigente. Seu trabalho consiste em reescrever antigos artigos de jornais, para que o registro histórico sempre sustente a linha oficial do Partido. Ainda que se mostre um empregado diligente e habilidoso, Smith secretamente odeia o Partido e sonha com a rebelião contra o Grande Irmão. E desejoso por verdade e liberdade,





resolve arriscar tudo ao se envolver amorosamente com uma colega, Júlia, a qual compartilha o mesmo sentimento de revolta. Renovados pelo amor, entram em contato com O'Brien, que revela ele próprio ser um membro da Confraria, força opositora ao regime do Grande Irmão. O burocrata de alto escalão informa-os a respeito dos meandros da organização liderada por Emmanuel Goldstein, recrutando-os e dando-lhes uma cópia do livro de seu líder, uma espécie de manual teórico. Porém, tudo não passa de uma armadilha: Winston e Júlia são presos e separados. Ao serem interrogados e torturados no Ministério do Amor, traem um ao outro. Após ser libertado, o herói de 1984 finalmente se dá conta de que aprendeu a amar o Grande Irmão.

No que diz respeito à memória, é importante sublinhar que o fato dela ser exercitada pelos seres humanos apresenta como inevitável consequência tanto seu uso quanto seu abuso. Como lembra Paul Ricoeur (2007), “entre uso e abuso insinua-se o espectro da ‘mimética’ incorreta. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado.” (RICOEUR, 2007, p. 72). Frente a isso, o filósofo francês apresenta uma tipologia dos abusos da memória. Em relação aos excessos da memória artificial e suas proezas de memorização, destacam-se três pontos: primeiramente, uma memória mais ligada aos aspectos fundamentais do que à compreensão dos acontecimentos; a seguir, uma moralização e valorização da *ars memoriae* (memória como objeto de elogio, que necessita de cuidados especiais); e, por fim, uma mudança repentina oriunda da junção da mnemotécnica e do segredo hermético que colocou em risco o destino da memória artificial. No que diz respeito aos abusos da memória natural, o autor as distribui em três planos. Primeiramente, no plano patológico-terapêutico evidenciam-se os distúrbios de uma memória impedida: ao sairmos derrotados de um conflito bélico, por exemplo, nos sentimos humilhados. É dessa humilhação que procedem as cicatrizes simbólicas carentes da cura. Se





não houver recuperação, a memória configura-se como impedida. Em segundo, no nível propriamente prático, tem-se a memória manipulada, caracterizada em função da manutenção da identidade individual e coletiva (ideologia). Nesse caso, a memória coletiva integra e forma a identidade do grupo mediante datas comemorativas e outros recursos. E, em terceiro, no plano ético-político, apresenta-se a memória abusivamente convocada ou obrigada, que compreenderia uma espécie de dever de memória, “quando comemoração rima com rememoração.” (RICOEUR, 2007, p. 72). É um “recorda-te” que também é um “não te esqueças”, tendo em vista estar associado a acontecimentos traumatizantes, como o Holocausto. Será, portanto, a segunda categoria do abuso memorial sistematizada por Ricoeur (2007) que levaremos em conta como um dos eixos de análise do romance de Orwell (2009).

É precisamente nessa modalidade de violação do direito de uma recordação justa que reside o sentido forte dos abusos de memória, os quais “resultam de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento⁷ por *detentores do poder*.” (RICOEUR, 2007, p. 93, grifo nosso). Um dos exemplos clássicos para pensar essa questão é a existência de um perigo antes considerado insuspeito, a supressão da memória, empreendimento colocado em prática pelos regimes totalitários do século XX e por todos os devotos da glória (TODOROV, 2000). Ainda de acordo com o teórico búlgaro,

tras comprender que la conquista de las tierras y de los hombres pasaba por la conquista de la información y la comunicación, las tiranías del siglo XX han sistematizado su apropiación de la memoria y han aspirado a controlar hasta en sus rincones más recónditos. Estas tentativas han fracasado en ocasiones, pero es verdad que, en otros casos (que por definición somos incapaces

⁷ Sobre o conceito de esquecimento, cf., entre outros, Augé (2004), Ricoeur (2007) e Weinrich (2001).





de enumerar), los vestigios del pasado han sido eliminados con éxito.⁸ (TODOROV, 2000, p. 11-12)

Vejamos, então, como *1984* ilustra esse quadro de apropriação memorial posta em prática pelos verdadeiros donos do poder, isto é, os membros do restrito Núcleo do Partido. Em dois momentos distintos do romance, figura um slogan referente ao controle do passado⁹. Observe-se: “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2009, p. 47, 291). Esse lema aparece primeiramente no terceiro capítulo da primeira parte, quando Winston está refletindo sobre o domínio que o Partido exerce em relação à história e à memória e, posteriormente, no segundo capítulo da terceira parte, no momento em que o protagonista, agora prisioneiro no Ministério do Amor, discute com O’Brien sobre a natureza do passado. O slogan é, nesse sentido, um importante exemplo de uma técnica do Partido de valer-se de um discurso histórico falso para anular a independência psicológica dos indivíduos. O controle do passado garantiria, assim, o domínio do futuro, haja vista poder ser tratado essencialmente como um conjunto de condições que justificam ou encorajam os objetivos vindouros: se o passado foi idílico, as pessoas buscarão recriá-lo; se o passado foi semelhante a um pesadelo, as pessoas agirão para evitar que tais circunstâncias se repitam. Em vista disso, o Partido cria uma imagem do tempo pretérito como um momento de miséria e escravidão a partir do qual afirma ter libertado a raça humana, obrigando as

⁸ “Após compreender que a conquista das terras e dos homens passava pela conquista da informação e da comunicação, as tiranias do século XX sistematizaram sua apropriação da memória e aspiravam a controlar até em seus cantos mais recônditos. Essas tentativas falharam às vezes, mas é verdade que, em outros casos (o que, por definição, não podemos enumerar), os vestígios do passado foram eliminados com sucesso.”

⁹ Passado é entendido como “uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história.” (LE GOFF, 2003, p. 25).





peças a trabalhar em direção à manutenção do sistema atual. Portanto, se “a memória, pessoal ou coletiva, empenha-se constantemente em organizar e reorganizar o passado” (CANDAU, 2013, p. 137), porque “é que os governos, os partidos políticos, os grupos de pressão não haviam de tentar infletir esse processo numa direção que lhes fosse favorável?”, questiona com pertinência Candau (2013, p. 137).

Desse modo, o governo exerce domínio total sobre o presente, permitindo-o controlar a maneira como seus cidadãos pensam e interpretam o passado. Por exemplo, todo livro de história reflete a ideologia do Partido, e os indivíduos são proibidos de conservar lembranças de suas próprias vidas, como fotografias e documentos. Como resultado, os habitantes de Oceânia possuem uma memória muito limitada e difusa e estão dispostos a acreditar em qualquer coisa que o Partido anuncie como verdadeiro. Na segunda aparição da citação transcrita, O'Brien diz a Winston que o passado não tem existência concreta e que é real apenas na mente dos seres humanos. Essencialmente, ele está argumentando que a versão do passado veiculada pelo Partido, embora não tenha base em eventos reais, acaba inevitavelmente tornando-se a verdade. O narrador endossa essa posição, ao asseverar que “tudo se esmaecia na névoa. O passado fora anulado, o ato de anulação fora esquecido, a mentira se tornara verdade.” (ORWELL, 2009, p. 94). Logo, os efeitos dessa “ideologização da memória”, para utilizarmos uma expressão de Ricoeur (2007, p. 98), são, de fato, graves, como atesta o próprio hermeneuta francês: “distorção da realidade, [...] legitimação do sistema de poder [...], integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação.” (RICOEUR, 2007, p. 95).

Em determinada altura do romance, mais especificamente no oitavo capítulo da primeira parte, o narrador discorre sobre como a compreensão que





um indivíduo tem sobre o passado afetaria sua atitude em relação ao presente.

Veja-se:

E quando a memória falhava e os registros escritos eram falsificados – quando isso acontecia, as alegações do Partido, ou seja, de que era responsável pela melhoria das condições da existência humana, tinham de ser aceitas, pois não havia e nunca mais haveria parâmetros com os quais confrontar essa afirmação. (ORWELL, 2009, p. 114)

Nesse exato momento, Winston acaba de ter uma conversa frustrante com um velho sobre a vida antes da Revolução, e ele percebe que o Partido deliberadamente se propôs a enfraquecer as lembranças das pessoas para torná-las incapazes de desafiar o que o governo afirma sobre o presente. Isso possibilita ao herói de *1984* ter consciência sobre os efeitos nocivos causados pela manipulação memorial operada pelo regime totalitário de Oceânia. Contudo, ao ser preso e torturado no Ministério do Amor, essa capacidade, inexistente para a maioria dos indivíduos, desaparece por completo. “Ele conquistara a vitória sobre si mesmo. Winston amava o Grande Irmão” (ORWELL, 2009, p. 346), finaliza o narrador.

Se ninguém se lembra da vida antes da Revolução, logo ninguém pode dizer que o Partido falhou com a humanidade, ao forçar as pessoas a viver em condições de pobreza, imundície, ignorância e fome. Em vez disso, o Partido utiliza-se dos livros de história reescritos e de registros falsificados para comprovar suas boas ações. No âmbito dessa reflexão, Todorov (2000, p. 12) é enfático ao registrar que “las huellas de lo que ha existido son o bien suprimidas, o bien maquilladas y transformadas; las mentiras y las invenciones ocupan el lugar de la realidad; se prohíbe la búsqueda y difusión





de la verdad; cualquier medio es bueno para lograr este objetivo.”¹⁰ Vista desse modo, a manipulação memorial em *1984* evidencia o que Candau (2013, p. 139) denomina de “assassínio da memória”, ou seja, “antes mesmo de a manipular, a parte da verdade que toda a memória carrega em si é *a priori* negada.” Exemplo disso pode ser encontrado no trabalho desempenhado pelo próprio Winston no Ministério da Verdade: a reescrita de artigos e reportagens de jornais antigos. Observemos uma passagem do romance, a qual corrobora nossa análise:

Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desse modo era possível comprovar com evidências documentais que todas as previsões feitas pelo partido haviam sido acertadas; sendo que, simultaneamente, todo vestígio de notícia ou manifestação de opinião conflitante com as necessidades do momento eram eliminados. A história não passava de um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário. [...] Alguns números do *Times* que – devido a mudanças no alinhamento político ou em virtude de profecias equivocadas do Grande Irmão – podiam ter sido reescritos uma dúzia de vezes continuavam arquivados com sua data original de publicação, sem que houvesse outro exemplar para contradizê-lo. [...] Tampouco nas instruções que Winston recebia por escrito e das quais tratava de se livrar tão logo se desincumbia delas, reconhecia-se ou dava-se a entender que a tarefa solicitada implicava um ato de falsificação; a referência era sempre a deslizes, equívocos, erros de impressão ou citações imprecisas, os quais era necessário, em benefício da exatidão, corrigir. (ORWELL, 2009, p. 54-55)

As instruções recebidas retratam as correções como apontamentos e nunca como o que realmente são: falsificações e manipulações. Uma grande parte do Ministério da Verdade também destrói ativamente todos os documentos que não foram editados e não contêm as revisões. Desta forma,

¹⁰ “As marcas do que existiu são ou bem suprimidas, ou bem maquiadas e transformadas; as mentiras e as invenções ocupam o lugar da realidade; proíbe-se a busca e a difusão da verdade; qualquer meio é bom para alcançar esse objetivo.”





não existe nenhuma prova de que o governo esteja mentindo. Além disso, a atividade desempenhada por Winston a serviço do Grande Irmão ilustra um aspecto do empreendimento teórico proposto por Ricoeur (2007), a saber: as manipulações de memória alicerçam-se no fenômeno da ideologia¹¹. Segundo o autor, “é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece.” (RICOEUR, 2007, p. 98). Conforme expresso acima, o abuso memorial posto em execução pelo autoritarismo de Oceânia necessita de trabalhadores como Winston, para “transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. [...] Torna-se assim possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia.” (RICOEUR, 2007, p. 98). Instaura-se uma memória imposta, que se encontra, por sua vez, fundada em uma história autorizada, oficial, aprendida e celebrada por todos. De fato, a uniformização de ambos os discursos, bem como sua consequente reescritura, serve também para estabelecer uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990), em direção à implantação de uma história partilhada, a qual abrangeria os acontecimentos fundadores da identidade comum. “O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade”, arremata Ricoeur (2007, p. 98).

Intrinsecamente associada à manipulação memorial está a ideia de “*duplipensamento*”. Um dos aspectos mais convincentes de *1984* é a compreensão do narrador criado por Orwell sobre os papéis que o pensamento e a linguagem desempenham na rebelião e na repressão. Na Novafala, o autor inventa uma linguagem que tornará a insurreição impossível, porque as palavras para conceber tal ação deixariam de existir. O “*duplipensamento*”, a

¹¹ A propósito, cf. Ricoeur (2015).





capacidade de manter simultaneamente duas ideias contraditórias na mente e acreditar que ambas são verdadeiras, funciona como um mecanismo psicológico que explica a vontade das pessoas de aceitar o controle sobre suas memórias e seu passado. Tal ferramenta é crucial para que o Partido possa controlar os cidadãos de Oceânia, na medida em que possibilita a alteração de registros históricos e veicula a ideia de que essas distorções são, na realidade, correções, conforme fica evidente pela citação do romance anteriormente transcrita. Desse modo, graças à lavagem cerebral, a população já não reconhece contradições. Em vez disso, aceita peremptoriamente a versão do passado difundida pelo Partido, mesmo que essa representação possa mudar de minuto para minuto. O livro de Emmanuel Goldstein (ORWELL, 2009, p. 219-255), a título de exemplo, até sugere que o “*duplipensamento*” é mais bem-sucedido entre os poderosos membros do Núcleo do Partido, que se convencem de que eles agem em nome do Grande Irmão, mesmo sabendo que ele é um mito. Importa ainda mencionar que o mecanismo do duplipensar é igualmente crucial para a conversão gradual de Winston para amar o Grande Irmão, porque permite que ele aceite as palavras de seus torturadores como verdadeiras, ainda que suas próprias memórias desvanecidas – a fotografia dos três traidores do Partido, por exemplo – o contradigam. Por fim, no citado manifesto de Goldstein lemos: “Em última instância, foi graças ao *duplipensamento* que o Partido foi capaz – e, até onde sabemos, continuará sendo por milhares de anos – de deter o curso da história.” (ORWELL, 2009, p. 252-253).

A consciência que Winston possui sobre a manipulação memorial empreendida pelo Partido traduz-se, ainda, pela aquisição e a consequente manutenção de um diário¹², circunstância que qualifica tal ato como uma

¹² Para maiores informações sobre o gênero textual diário, cf. o trabalho seminal de Lejeune (2008).





atividade de resistência ao abuso mnemônico em questão. Por mais que saiba que isso constitui um pensamento-crime, decide dar voz a seus sentimentos mais pessoais. Em seu jornal íntimo, o herói relata episódios banais de seu cotidiano, bem como sua insatisfação em relação à figura do Grande Irmão e ao governo autoritário em vigor. Observemos alguns trechos: (a) “Ao futuro ou ao passado, a um tempo em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros, em que não vivam sós – a um tempo em que a verdade exista e em que o que for feito não possa ser desfeito [...].” (ORWELL, 2009, p. 39); (b) “O pensamento-crime não acarreta a morte: o pensamento-crime É a morte.” (ORWELL, 2009, p. 40); (c) “Liberdade é a liberdade de dizer que dois mais dois são quatro. Se isso for admitido, tudo o mais é decorrência.” (ORWELL, 2009, p. 101). O diário manifesta, assim, o clamor de seu autor pelo ideário de um pensamento livre e independente, que não esteja subjugado a um estado centralizador e totalitário.

Tendo em vista que o controle das informações constitui uma prioridade para os governos autoritários, é de se esperar que seus opositores lancem mão de dispositivos para levar essa política ao fracasso. Da simples escrita de um diário até a divulgação mundial sobre os campos de concentração nazistas, “la difusión de la información permite salvar vidas humanas”¹³, escreve Todorov (2000, p. 13). Aos olhos dos inimigos do totalitarismo, o ato de rememorar eventos pretéritos individuais ou coletivos reveste-se de considerável prestígio, na medida em que qualquer ato de reminiscência, por mais singelo que possa ser, está associado com “a resistencia antitotalitaria”¹⁴ (TODOROV, 2000, p. 14), espaço no qual “la reconstrucción del pasado [es] percebida como un acto de oposición al

¹³ “A difusão de informação permite salvar vidas humanas [...].”

¹⁴ “resistência antitotalitária”.





poder.”¹⁵ (TODOROV, 2000, p. 14). E Winston corporifica com êxito, ainda que por um determinado espaço de tempo, tal conduta de indivíduo resistente às pressões do meio social em que vive. Igualmente relevante nesse processo é o fato de o protagonista de *1984* ter condições de comparar, mesmo que de forma um tanto difusa, sua vida presente com a época anterior à ascensão do Partido ao poder (por volta de 1960, segundo suas recordações). Consequentemente, toda a consciência que Smith possui do passado está alicerçada em sua memória. E é por meio “das lembranças [que recupera] consciência de acontecimentos anteriores, [distingue] ontem de hoje, e [confirma] que já [viveu] um passado.” (LOWENTHAL, 1998, p. 75).

Com base na análise conduzida, podemos afirmar que em *1984* a manipulação da memória individual corresponde a objetivos políticos e à necessidade de construir uma memória coletiva artificial, moldada pelos interesses de um estado onipresente e todo-poderoso. Destrói-se o passado real para substituí-lo por um falso, situação que, nas palavras de Lowenthal (1998, p. 71), transmite “uma sensação ulterior de impotente irreabilidade.” Desse modo, através da leitura da ficção orwelliana pode-se compreender os mecanismos dos abusos memoriais efetivamente utilizados pelos diferentes sistemas autoritários ao longo do século XX, por exemplo. Nesse sentido, a memória não deve ser objeto de controle por parte de governos ditatoriais, nem mesmo de indivíduos que se julgam mais iguais do que outros, lembrando, aqui, outra obra clássica de Orwell, *A revolução dos bichos*. Já afirmava Jacques Le Goff (2003, p. 471) que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” E que é tarefa de todos “trabalhar de forma que a

¹⁵ “a reconstrução do passado [é] percebida como um ato de oposição ao poder.”





memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”
(LE GOFF, 2003, p. 471).

De fato, o mundo que Orwell imaginou em *1984* não se concretizou. O Totalitarismo não triunfou e a democracia finalmente obteve êxito ao final da Guerra Fria (1945-1991), como foi possível testemunhar por meio de episódios como a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética, em 1991. Contudo, a grande narrativa distópica de Eric Arthur Blair continua a ser um romance fundamental, em parte pela advertência que institui contra a natureza abusiva dos governos autoritários, mas ainda mais pela sua análise penetrante da psicologia do poder e das formas pelas quais as manipulações da linguagem, da memória e da história podem ser usadas como mecanismos repressivos.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Oblivion**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2004.
- BACCOLINI, Raffaella; MOYLAN, Tom (Ed). **Dark horizons: science fiction and the dystopian imagination**. New York: Routledge, 2003.
- BOOKER, M. Keith. **Dystopian literature: a theory and research guide**. Westport: Greenwood Press, 1994.
- CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Trad. Míriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.
- _____. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CRICK, Bernard. **George Orwell: a life**. London: Penguin Books, 1982.
- DEMERJIAN, Louisa MacKay (Ed.). **The age of dystopia: one genre, our fears and our future**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.





- HITCHENS, Christopher. **Why Orwell matters**. New York: Basic Books, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, Nov. 1998.
- MEYERS, Jeffrey. **Orwell: wintry conscience of a generation**. New York: W. W. Norton & Company, 2000.
- NEWSINGER, John. **Orwell's politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- ORWELL, George. **1984**. Trad. Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- QUINN, Edward. **Critical companion to George Orwell: a literary reference to his life and work**. New York: Infobase Publishing, 2009.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. **A ideologia e a utopia**. Trad. Thiago Martins e Sílvio Rosa Filho. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- RODDEN, John. **The Cambridge Companion to George Orwell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SHIAU, Yvonne. **The rise of dystopian fiction: from soviet dissidents to 70's paranoia to Murakami**. Disponível em: <<https://electricliterature.com/the-rise-of-dystopian-fiction-from-soviet-dissidents-to-70s-paranoia-to-murakami-a73b945c5d37>>. Acesso em: 15 nov. 2017.





TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Trad. Miguel Salazar.
Barcelona: Ediciones Paidós, 2000.

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Trad. Lya Luft.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DA AUTORIA: o conteúdo deste texto é de total responsabilidade de seu(s) autor (res).

